



Simulado Especial

TRT ES

Analista Judiciário

Área Judiciária - Pós-Edital

Simulado

Simulado Final TRT ES – Analista Judiciário – Área Judiciária – Pós-Edital

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TRT ES;
- 2 – A prova contém **70 questões** que abordam conhecimentos cobrados nos últimos editais do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil dos últimos concursos do TRT ES;
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:00 às 12:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-TRT-ES-AJAJ-04-12>

- | | | |
|----------------|----------------|----------------|
| 01 – A B C D E | 26 – A B C D E | 51 – A B C D E |
| 02 – A B C D E | 27 – A B C D E | 52 – A B C D E |
| 03 – A B C D E | 28 – A B C D E | 53 – A B C D E |
| 04 – A B C D E | 29 – A B C D E | 54 – A B C D E |
| 05 – A B C D E | 30 – A B C D E | 55 – A B C D E |
| 06 – A B C D E | 31 – A B C D E | 56 – A B C D E |
| 07 – A B C D E | 32 – A B C D E | 57 – A B C D E |
| 08 – A B C D E | 33 – A B C D E | 58 – A B C D E |
| 09 – A B C D E | 34 – A B C D E | 59 – A B C D E |
| 10 – A B C D E | 35 – A B C D E | 60 – A B C D E |
| 11 – A B C D E | 36 – A B C D E | 61 – A B C D E |
| 12 – A B C D E | 37 – A B C D E | 62 – A B C D E |
| 13 – A B C D E | 38 – A B C D E | 63 – A B C D E |
| 14 – A B C D E | 39 – A B C D E | 64 – A B C D E |
| 15 – A B C D E | 40 – A B C D E | 65 – A B C D E |
| 16 – A B C D E | 41 – A B C D E | 66 – A B C D E |
| 17 – A B C D E | 42 – A B C D E | 67 – A B C D E |
| 18 – A B C D E | 43 – A B C D E | 68 – A B C D E |
| 19 – A B C D E | 44 – A B C D E | 69 – A B C D E |
| 20 – A B C D E | 45 – A B C D E | 70 – A B C D E |
| 21 – A B C D E | 46 – A B C D E | |
| 22 – A B C D E | 47 – A B C D E | |
| 23 – A B C D E | 48 – A B C D E | |
| 24 – A B C D E | 49 – A B C D E | |
| 25 – A B C D E | 50 – A B C D E | |

LÍNGUA PORTUGUESA

Felipe Luccas

Texto para as questões de 1 a 8.

Espaço

Tendência de tudo feito pelo homem é para diminuição, dos telefones e computadores aos assentos na classe econômica. O próprio ser humano trata de perder volume

Já somos oito bilhões, não contando os milhões que nasceram desde o começo desta frase. Se fosse um planeta bem administrado, isso não assustaria tanto. Mas é, além de tudo, um lugar mal frequentado. Temos a fertilidade de coelhos e o caráter de chacais, que, como se sabe, são animais sem qualquer espírito de solidariedade. As megacidades, que um dia foram símbolos da felicidade bem distribuída que a ciência e a técnica nos trariam — um helicóptero em cada garagem e caloria sintética para todos, segundo as projeções futuristas de anos atrás — se transformaram em representações da injustiça sem remédio, cidadelas de privilégio cercadas de miséria, uma réplica exata do mundo feudal, só que com monóxido de carbono. Nosso futuro é a aglomeração urbana, e as sociedades se dividem entre as que se preparam — conscientemente ou não — para um mundo desigual e apertado e as que confiam que as cidadelas resistirão às hordas sem espaço. Os jornais ficaram mais estreitos para economizar papel, mas também porque diminuí a área para expansão dos nossos cotovelos. Chegaremos ao tabloide radical, duas ou três colunas magras onde tudo terá que ser dito com concisão desesperada. Adeus advérbios de modo e frases longas, adeus frivolidades e divagações superficiais como esta. A tendência de tudo feito pelo homem é para a diminuição — dos telefones e computadores portáteis aos assentos na classe econômica. O próprio ser humano trata de perder volume, não por razões estéticas ou de saúde, mas para poder caber no mundo.

No Japão, onde muita gente convive há anos com pouco lugar, o espaço é sagrado. Surpreende a extensão dos jardins do Palácio Imperial no centro de Tóquio, uma cidade onde nem milionário costuma ter mais de dois quartos, o que dirá um quintal. É que o espaço é a suprema deferência japonesa. O imperador sacralizado é ele e sua imensa circunstância. Já nos Estados Unidos, reverencia-se o espaço com o desperdício. Para entender os americanos, você precisa entender a sua classificação de camas de acordo com o

tamanho: queen size, tamanho rainha, king size, para reis e, era inevitável, emperor size, do tamanho de jardins imperiais. É o espaço como suprema ostentação, pois — a não ser para orgias e piqueniques — nada é mais supérfluo do que espaço sobrando numa cama, exatamente o lugar onde não se vai a lugar algum.

Os americanos ainda não se deram conta de que, quando chegar o dia em que haverá chineses embaixo de todas as camas do mundo, quanto maior a cama, mais chineses.

Leia mais: <https://oglobo.globo.com/opiniao/espaco-21486905#ixzz4kZ9cZ1fU>

01. Depreende-se corretamente do texto que

- a) As megacidades concretizaram seu potencial como indicadores da felicidade igualitária que eram projetados no passado.
- b) O autor projeta para o futuro, que entende estar muito próximo, um fenômeno de superpopulação para o qual as cidades não estão se preparando de forma consciente.
- c) A noção de espaço é sagrada tanto na cultura oriental quanto na ocidental, conforme as manifestações de ostentação de espaço dos milionários japoneses e americanos.
- d) Há uma relação antagônica entre a interação dos americanos e a dos japoneses com o espaço: estes são módicos; aqueles, extravagantes. Contudo, ambos compartilham, à sua maneira, a reverência ao espaço.
- e) O espaço excessivo é supérfluo; contudo, se justifica em casos como jardins, piqueniques, orgias e camas.

02. Segundo o autor, um dos aspectos preocupantes do crescimento populacional é:

- a) A exiguidade de espaço existente em culturas com tecnologia avançada, como o Japão.
- b) O fato de o crescimento populacional e da riqueza não ter sido acompanhado por um espírito de compartilhamento e igualdade.
- c) O impacto ambiental causado pelo progresso científico, exemplificado no monóxido de carbono produzido nas “cidadelas de privilégio”.
- d) A transformação do mundo em um regime feudal, em que os ricos ficam mais ricos e os pobres ficam mais pobres.
- e) A proliferação de chineses embaixo das camas dos milionários da América do Norte.

03. Percebe-se uma relação de causa e efeito, nessa ordem, entre as orações na seguinte passagem do texto:

- a) Se fosse um planeta bem administrado, isso não assustaria tanto... (1º parágrafo)
- b) Os jornais ficaram mais estreitos para economizar papel... (1º parágrafo)
- c) No Japão, onde muita gente convive há anos com pouco lugar, o espaço é sagrado. (2º parágrafo)
- d) ...quanto maior a cama, mais chineses. (2º parágrafo)
- e) os milhões que nasceram desde o começo desta frase. (1º parágrafo)

04. A construção que pode ser reescrita com o verbo na voz passiva é:

- a) Temos a fertilidade de coelhos e o caráter de chacais...
- b) muita gente convive há anos com pouco lugar...
- c) você precisa entender a sua classificação de camas...
- d) Surpreende a extensão dos jardins do Palácio Imperial...
- e) Se fosse um planeta bem administrado...

05. Se fosse um planeta bem administrado, isso não assustaria tanto. (1º parágrafo)

Ao reescrever-se o trecho acima com o verbo “ser” flexionado no futuro do subjuntivo, a forma verbal “assustaria” deverá ser substituída, conforme a norma-padrão da língua, por

- a) assustara
- b) assustasse
- c) assusta
- d) terá assustado
- e) assustará

06. No que se refere ao sentido, duas expressões intercambiáveis, nas orações abaixo, são:

- a) Chegaremos ao tabloide radical = noticiário fundamentalista
- b) nada é mais supérfluo do que espaço sobrando = desnecessário
- c) O imperador sacralizado é ele = invulnerável
- d) cidadelas de privilégio cercadas de miséria = por tristeza
- e) Temos a fertilidade de coelhos = produtividade

07. Já nos Estados Unidos, reverencia-se o espaço com o desperdício.

O emprego do tempo e modo da forma verbal acima destacada indica:

- a) Ação pontual concluída no presente.
- b) Ação concluída em um passado definido.
- c) fato provável
- d) futuro visto como certo
- e) Ação vista como habitual no presente.

08. A alternativa que apresenta um comentário incorreto acerca da pontuação de um trecho do texto é:

- a) No trecho: *“Os americanos ainda não se deram conta de que, quando chegar o dia em que haverá chineses embaixo de todas as camas do mundo, quanto maior a cama, mais chineses”* (2º parágrafo), as duas primeiras vírgulas isolam oração adverbial intercalada.
- b) No trecho: *“É o espaço como suprema ostentação, pois — a não ser para orgias e piqueniques — nada é mais supérfluo do que espaço sobrando numa cama”*, os travessões marcam a intercalação de um comentário adicional do autor.
- c) No trecho: *“Nosso futuro é a aglomeração urbana, e as sociedades se dividem”*, a vírgula antes da conjunção aditiva “E” separa orações com sujeitos diferentes.
- d) No trecho: *“Para entender os americanos, você precisa entender a sua classificação de camas de acordo com o tamanho: queen size, tamanho rainha, king size, para reis...”*, o sinal de dois-pontos introduz um esclarecimento referente ao termo anterior “tamanho”.
- e) No trecho: *“No Japão, onde muita gente convive há anos com pouco lugar, o espaço é sagrado...”*, as vírgulas isolam uma oração adjetiva explicativa. Portanto, a retirada da primeira vírgula, nesse contexto, não causaria prejuízo ao sentido ou à coerência.

Texto para as questões de 9 a 15.

Quem é e como se comporta a Geração Millenium

A geração Millenium é formada por jovens que nunca viveram sem internet, compartilham suas experiências e acreditam que têm a capacidade de mudar o mundo. Para as marcas, esta é uma oportunidade de contar suas histórias para criar um relacionamento. É o que diz Christina Smedley, Líder Global de Consumo e Marketing da Edelman, em entrevista para a TV Mundo do Marketing.

Esta geração gastará, até 2050, US\$ 2 trilhões a mais que a anterior. Eles são educados, influentes, colaborativos e utilizam uma perspectiva global na maneira com que se engajam com os outros. Estas novas características, no entanto, representam um desafio na maneira com que as empresas lidam com seus consumidores, e o que é esperado delas.

Segundo Christina, as marcas e os profissionais de Marketing devem sempre considerar alguns fatores. Um deles é permitir que os clientes participem e cocriem conteúdo ou tecnologia. Em segundo lugar, é importante dá-los uma razão para acreditar na marca, um motivo social, já que esperam que as companhias recompensem a sociedade.

Christina Smedley (<https://www.mundodomarketing.com.br/ultimas-noticias/22089/quem-e-e-como-se-comporta-a-geracao-millenium.html>, acessado em 20/06/2017)

09. Uma afirmação em consonância com as ideias defendidas no texto está em:

- a) A geração Millenium é formada por jovens e adultos influentes que querem mudar o mundo por meio do consumo de tecnologia.
- b) Um dos desafios dos profissionais de Marketing é possibilitar que esse novo perfil de clientes participe ativamente da criação dos produtos, assim como desenvolver a credibilidade das marcas, por via do oferecimento de uma justificativa socialmente relevante para o consumo de conteúdo ou tecnologia.
- c) Os indivíduos educados da geração Millenium que nunca viveram sem tecnologia compartilham suas experiências e acreditam que têm a capacidade de mudar o mundo.
- d) Esta geração tem relevante perfil de consumo e já gastou US\$ 2 trilhões a mais que a anterior, razão por que esperam que as companhias recompensem a sociedade.
- e) Os profissionais de Marketing trabalham no compartilhamento de experiências, já que esperam que as companhias recompensem a sociedade.

10. Na frase “A geração Millenium é formada por jovens que nunca viveram sem internet, compartilham suas experiências e acreditam que têm a capacidade de mudar o mundo”, não é correto afirmar que:

- a) O termo “por jovens que nunca viveram sem internet” exerce função sintática de agente da passiva.
- b) O termo “de mudar o mundo” complementa o substantivo “capacidade”.
- c) O primeiro “que” não tem função pronominal.
- d) O segundo “que” introduz oração substantiva, com função de complemento verbal.
- e) O vocábulo “experiências” é núcleo de um complemento verbal.

11. No fragmento: ... “Esta geração gastará, até 2050, US\$ 2 trilhões a mais que a anterior. Eles são educados, influentes, colaborativos e utilizam uma perspectiva global na maneira com que se engajam com os outros.”

O pronome “Eles” (2º parágrafo) tem papel coesivo anafórico e retoma:

- a) Profissionais
- b) Jovens
- c) Produtos
- d) Trilhões
- e) Líder

12. Considere o fragmento abaixo:

é importante dá-los uma razão para acreditar na marca, um motivo social, já que esperam que as companhias recompensem a sociedade.

Seria gramaticalmente correta a substituição de:

- a) “recompensem a sociedade” por “recompensem-la”
- b) “acreditar na marca” por “acreditá-la”
- c) “dá-los” por “dar-lhes”
- d) “esperam que as companhias recompensem a sociedade” por “esperam-nas”.
- e) “é importante” por “são importantes”.

13. Observam-se plenamente as normas de concordância verbal e a adequada articulação entre os tempos e os modos na frase:

- a) Caso quiséssemos fazer com que os jovens educados e influentes consumisse muitas tecnologias, bastará dar um motivo social aos que tem consciência.
- b) Convém fazermos uma análise das novas tendências de mercado, já que os clientes que vierem a confiar na marca serão fidelizados quando a campanha estiver sólida.
- c) Caso não podemos construir um mundo melhor, por culpa daqueles que se absteram de lutar por causas sociais, fazemos, ao menos, um mundo mais conectado.
- d) Se houvéssemos percebido a tempo que cabiam aos jovens melhorar as condições do mundo, poderíamos ter feito o impossível, ainda que abativenesssem todos custos ambientais do nosso próprio consumo.
- e) Quando vir a Campinas, visite aqueles velhos amigos que comporam as músicas da banda. Você não vai nem reconhecer quando os ver tão velhos.

14. Considere os seguintes fragmentos:

I – Os jovens já não podem viver mais sem internet e possuem mais recursos para compartilhar experiências.

II- A geração Millenium, possivelmente a mais politizadas da sociedade contemporânea, não quer consumir por consumir: precisa também de um motivo social relevante.

III – O acesso às tecnologias digitais fomentou o consumo nas últimas décadas.

Assinale a alternativa incorreta:

- a) O advérbio “mais” em “*não podem viver mais*” tem sentido de tempo e marca a presença de um pressuposto.
- b) O advérbio “mais” em “*possuem mais recursos*” tem sentido intensidade.
- c) O termo “*possivelmente a mais politizadas da sociedade contemporânea*” tem valor explicativo.
- d) O acento grave em “às” marca a fusão da preposição exigida por “*acesso*” com o artigo feminino antes de “*tecnologias*”.
- e) Seria gramaticalmente correto substituir “às” por “a”.

15. Está adequado o emprego da forma sublinhada na seguinte frase:

- a) Os jovens cujo o consumo se tornou um vício querem um mundo melhor.
- b) As causas porque lutam os jovens politizados são nobres.
- c) Muitos deles não sabem porque protestam, mas são firmes na revolta.
- d) O consumo prolifera naquelas sociedades em que a competitividade acompanha renda alta.
- e) A campanha publicitária a qual me referi era politicamente incorreta.

RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO

Eduardo Mocelin

16. Considere a afirmação a seguir:

Se estudei com a coruja e me dediquei ao máximo, então serei aprovado.

Uma afirmação equivalente à anterior é:

- a) Estudei com a coruja e me dediquei ao máximo e não serei aprovado.
- b) Não estudei com a coruja e não me dediquei ao máximo ou não serei aprovado.
- c) Se não fui aprovado, então não estudei com a coruja e não me dediquei ao máximo.
- d) Se não fui aprovado, então não estudei com a coruja ou não me dediquei ao máximo.
- e) Se não estudei com a coruja ou não me dediquei ao máximo, então não serei aprovado.

17. Uma escola possui salas que são todas formadas por meninos e meninas. A respeito dessas salas, sabe-se que:

- Algumas meninas gostam de vôlei;
- Todos os meninos gostam de vôlei;
- Todas as salas que gostam de vôlei também gostam de basquete.

Com base nessas informações, sabendo-se que a pessoa X estuda nessa escola e não gosta de basquete, conclui-se que a pessoa X é:

- a) menina e gosta de vôlei.
- b) menina e não gosta de vôlei.
- c) menino e gosta de vôlei.
- d) menino e não gosta de vôlei.
- e) menino, mas não se sabe se ele gosta ou não de vôlei.

18. Considere as seguintes afirmações:

- I. Se Tiago é taxista, então Pedro é pediatra.
- II. Se Ricardo não é rico, então Pedro não é pediatra.
- III. Se Ricardo é rico, então Diego é desenhista.
- IV. Diego não é desenhista.

A partir delas é correto concluir que

- a) Ricardo é rico e Diego não é desenhista.
- b) Ricardo não é rico ou Tiago é taxista.
- c) Pedro não é pediatra e Ricardo é rico.
- d) Ricardo não é rico e Tiago é taxista.
- e) Ricardo é rico ou Tiago é taxista.

19. Entre Arnaldo, Bernaldo e Cernaldo, um é alagoano, um é baiano e o outro é cearense, não necessariamente nessa ordem. Além disso, um deles é acupunturista, um é barman e o outro é cafeicultor, não necessariamente nessa ordem. Sabe-se que:

- I. O cearense não é barman;
- II. Bernaldo não é alagoano;
- III. O acupunturista é baiano;
- IV. Cernaldo não é acupunturista.

Com base nessas informações, é correto afirmar que:

- a) O barman não é alagoano.
- b) O cafeicultor é cearense.
- c) Arnaldo é acupunturista.
- d) Bernaldo é baiano.
- e) Cernaldo é alagoano.

20. Os termos da sequência (2, 5, 8, 4, 8, 12, 6, 11, 16, ...) são regidos por uma lei de formação. A soma do décimo primeiro e do décimo segundo termos dessa sequência, obtidos segundo essa lei, é

- a) 34
- b) 35
- c) 36
- d) 37
- e) 38

21. Dez cavalos largaram em uma corrida de 10 posições diferentes. Durante a corrida, apenas três cavalos fizeram ultrapassagens, sempre em momentos distintos. O cavalo que largou na 10ª posição ultrapassou quatro cavalos que estavam à sua frente. Em seguida, o cavalo que largou na 8ª posição ultrapassou cinco cavalos que estavam à sua frente. E, por último, o cavalo que largou na 6ª posição ultrapassou seis cavalos que estavam à sua frente. A corrida terminou e pode-se concluir que o número de cavalos que chegaram depois daquele que havia largado na 2ª posição e antes do cavalo que havia largado na 5ª posição é

- a) 2.
- b) 3.
- c) 4.
- d) 5.
- e) 6.

22. Considere a distribuição de frequências relativas dos salários de 1.000 empregados de uma empresa.

Classe de salários (R\$)	Frequência relativa (%)
3.500 – 4.500	a
4.500 – 5.500	2a + b
5.500 – 6.500	b
6.500 – 7.500	3a
7.500 – 8.500	2a + 2b
Total	100%

Sendo $a + b = 15\%$, a mediana da distribuição, obtida pelo método da interpolação linear, é:

- a) R\$ 5.666,67
- b) R\$ 6.166,67
- c) R\$ 6833,33
- d) R\$ 7.000,00
- e) R\$ 7166,67

23. Em uma turma com 8 alunos, as notas obtidas pelos alunos em uma prova foram:

8; 7; 4; 4; 5; 4; 5; 7

O desvio padrão das notas é:

- a) 0,5
- b) 1,0
- c) 1,5
- d) 2,0
- e) 2,5

LEGISLAÇÃO

Géssica Ehle

24. Sobre o provimento, nos termos da Lei nº 8.112/90, é correto afirmar que

- a) a investidura no cargo se dá após três anos de efetivo exercício e aptidão no estágio probatório
- b) a nomeação é instituto criado com a finalidade exclusiva de prover cargos efetivos
- c) a posse ocorrerá no prazo de trinta dias contados a partir da inspeção médica
- d) o servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado
- e) a promoção não interrompe o tempo de exercício

25. As indenizações previstas na Lei nº 8.112/1990

- a) são espécie de adicional pagas em situações episódicas, não se incorporando à remuneração mensal
- b) são espécies de vantagens passíveis de serem pagas aos servidores de forma recorrente e reiterada, incorporando-se aos vencimentos devidos mensalmente
- c) não se incorporam aos vencimentos recebidos pelos servidores e constituem espécies de vantagens
- d) são espécies de gratificações devidas aos servidores, podendo, em alguns casos, restarem incorporadas à remuneração mensal
- e) são devidas em casos de comprovação de despesas extraordinárias, podendo ser incorporadas aos vencimentos, mas não aos proventos

26. Riana Souza é servidora pública estável junto à administração pública federal, descontente com sua remuneração presta concurso público para prover novo cargo público. Riana é aprovada em todas as etapas do concurso, toma posse e entra em exercício. Ao fim do estágio probatório Riana é declarada inapta. Desejando voltar a seu cargo anterior, Riana Souza poderá gozar do instituto da

- a) reintegração
- b) aproveitamento
- c) readaptação
- d) nova nomeação
- e) recondução

27. Segundo o que dispõe o Estatuto dos Servidores Públicos, sobre as responsabilidades do servidor público, assinale a alternativa correta.

- a) O servidor responde civil, penal e administrativamente pelo exercício regular de suas atribuições.
- b) A responsabilidade civil decorre de conduta omissiva ou comissiva, dolosa ou culposa, que importe em prejuízo ao erário ou a terceiro, nesse último caso o servidor responderá diretamente pelo prejuízo gerado
- c) O ato de imposição da penalidade administrativa está dispensado de mencionar o fundamento legal da sanção disciplinar
- d) As sanções civis, penais e administrativas são inacumuláveis e independentes entre si
- e) Em havendo sentença penal absolutória quanto ao mesmo fato, fundada na sua inexistência material ou na negativa de sua autoria, a responsabilidade administrativa e civil do servidor será afastada

28. Acerca da responsabilidade civil do servidor público, de acordo com a Lei nº 8.112/1990,

- a) é objetiva e solidária com o ente público
- b) dá-se de forma subjetiva, com a comprovação de dolo ou culpa do servidor, não cabendo responsabilização do poder público
- c) demanda prova de culpa ou dolo, pois a responsabilidade civil dos servidores dá-se sob a modalidade subjetiva
- d) dá-se de forma regressiva e não atinge eventual herança do servidor falecido
- e) restringe-se aos atos omissivos e comissivos dolosos, considerando que se dá sob a modalidade subjetiva

29. Nos termos do Regimento Interno do TRT da 17ª Região, assinale a alternativa que não prevê o quórum de maioria absoluta para deliberação por parte do Tribunal Pleno:

- a) declaração de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público
- b) edição, revisão ou cancelamento de súmula
- c) decisão sobre uniformização de jurisprudência
- d) aprovação de emenda regimental
- e) escolha dos nomes que integrarão a lista destinada ao preenchimento de vaga de Desembargador

30. De acordo com o Regimento Interno do TRT da 17ª Região, o Presidente do Tribunal Pleno proferirá voto, exceto:

- a) em matéria constitucional
- b) em matéria administrativa
- c) em matéria regimental
- d) nos processos em que esteja vinculado pelo relatório ou pelo pedido de vista
- e) nos julgamentos de *habeas corpus*

DIREITO ADMINISTRATIVO/LEGISLAÇÃO

Fabiano Pereira

31. De acordo com a Lei nº 8.112/1990, referente ao processo administrativo disciplinar, assinale a alternativa correta:

- a) O servidor público poderá ser aposentado voluntariamente a qualquer momento, mesmo durante a tramitação de processo administrativo disciplinar, independentemente de seu resultado e eventual aplicação sancionatória.
- b) Servidor público reintegrado não terá direito ao cômputo do tempo de serviço, aos vencimentos e às vantagens que lhe seriam pagos no período de seu afastamento.
- c) É possível a imposição de penalidades após a conclusão de sindicância administrativa, sem a necessidade de instauração de processo administrativo disciplinar.
- d) A abertura de sindicância ou a instauração de processo disciplinar suspende a prescrição.
- e) O prazo para a conclusão do processo disciplinar não excederá 90 (noventa) dias, contados da data de publicação do ato que constituir a comissão, vedada a sua prorrogação.

32. Um determinado agente público pleiteou judicialmente a equiparação de verbas remuneratórias pagas aos servidores dos demais poderes. No caso em tela, o servidor da Administração Pública, ainda que equivocadamente, supostamente apresentou o pedido com base no princípio:

- a) isonomia
- b) segurança jurídica
- c) eficiência
- d) publicidade
- e) legalidade

33. Assinale a alternativa incorreta acerca das licenças previstas no regime jurídico dos servidores públicos federais.

- a) A licença concedida dentro de 60 (sessenta) dias do término de outra da mesma espécie será considerada como prorrogação.
- b) Será concedida licença ao servidor convocado para o serviço militar, na forma e nas condições previstas na legislação específica.
- c) Ao usufruir da licença para capacitação, após cada quinquênio de efetivo exercício, o servidor poderá, no interesse da Administração, afastar-se do exercício do cargo efetivo, com a respectiva remuneração, por até seis meses.
- d) A critério da Administração, poderá ser concedida ao servidor estável licença para o trato de assuntos particulares, pelo prazo de até três anos consecutivos, sem remuneração.
- e) A licença para desempenho de mandato classista terá duração igual a do mandato, podendo ser prorrogada, no caso de reeleição, e por uma única vez.

34. Doquinha, servidor público do Departamento de Trânsito do Estado de Fabianolândia, verificou que determinado veículo automotor estava estacionado em cima da calçada, de modo irregular. Visando promover a adequada e segura circulação de pedestres, Doquinha determinou que o automóvel fosse rebocado.

No caso em tela, o ato de remoção do veículo tem embasamento específico e diretamente no atributo do ato administrativo da:

- a) imperatividade, sendo necessária prévia notificação ao particular antes do ato de remoção;
- b) autoexecutoriedade, que prescinde de prévia autorização judicial e de prévia notificação ao particular;
- c) presunção de legitimidade, não se admitindo prova em contrário, tendo em vista que Doquinha é servidor público;
- d) presunção de veracidade, tendo em vista que prescinde de prévia autorização do Governador do Estado;
- e) discricionariedade, sendo necessário que Doquinha proceda ao reboque dos demais veículos na mesma situação.

35. Acerca da organização administrativa, considere as assertivas abaixo:

- I - A descentralização por colaboração ocorre quando a Administração Pública transfere, por contrato ou ato administrativo unilateral, a execução de serviço público a uma pessoa jurídica de direito privado.
- II - As agências reguladoras são autarquias ou fundações públicas que celebraram contrato de gestão com o Poder Público.
- III - A desconcentração administrativa permite a criação de órgão com personalidade jurídica de direito público, mas sem capacidade processual.
- IV - As empresas estatais têm seus empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, com vínculo empregatício por meio de relação contratual de emprego, mas que se submetem a algumas restrições aplicáveis aos servidores públicos em geral.

Está correto o que consta de

- a) I, II e IV, apenas
- b) I, II, III e IV
- c) IV, apenas
- d) I e IV, apenas
- e) II e III, apenas

36. A respeito do poder de polícia, é correto afirmar que

- a) O poder de polícia tem como destinatários apenas os particulares submetidos à autoridade do Estado e que com ele possuam vínculos formais.
- b) Em regra, o exercício do poder de polícia é caracterizado pela discricionariedade.
- c) O ciclo de polícia é composto por apenas três fases: consentimento, fiscalização e coerção.
- d) O poder de polícia pode ser praticado com o objetivo de assegurar o interesse público, mesmo que suprima o núcleo essencial dos direitos fundamentais dos administrados.
- e) O poder de polícia difere da atividade de investigação criminal por possuir natureza exclusivamente preventiva.

37. No âmbito do controle da Administração Pública, assinale a alternativa correta:

- a) O controle hierárquico é aquele exercido pela Administração Direta em relação às entidades da Administração Indireta.
- b) O Conselho Nacional de Justiça é considerado órgão de controle externo, pois tem em sua composição vários membros que não fazem parte do Poder Judiciário e está ligado diretamente ao Poder Executivo.
- c) Cabe ao Poder Legislativo a palavra final sobre as contas do Chefe do Executivo e não ao Tribunal de Contas.
- d) O Poder Judiciário não sofre controle dos Poderes Executivo e Legislativo, pois tem a prerrogativa de proferir decisões finais através de seu órgão máximo, o Supremo Tribunal Federal.
- e) As empresas públicas não estão sujeitas a qualquer controle externo, eis que não integram a Administração Direta e possuem personalidade jurídica de direito privado.

38. Acerca da Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), constitui ato de improbidade que importa enriquecimento ilícito:

- a) permitir ou facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem ou serviço por preço superior ao de mercado.
- b) realizar operação financeira sem observância das normas legais e regulamentares ou aceitar garantia insuficiente ou inidônea.
- c) conceder benefício administrativo ou fiscal sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie.
- d) frustrar a licitude de processo licitatório ou de processo seletivo para celebração de parcerias com entidades sem fins lucrativos, ou dispensá-los indevidamente, acarretando perda patrimonial efetiva.
- e) receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indireta, para tolerar a exploração ou prática de jogos de azar, de lenocínio, de narcotráfico, de contrabando, de usura ou de qualquer outra atividade ilícita, ou aceitar promessa de tal vantagem.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Emerson Bruno

39. A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelo princípio que:

- a) autoriza o uso da intervenção, em qualquer hipótese, desde que autorizada pelo Senado Federal.
- b) prega a solução dos conflitos por meio do uso da força, competindo ao Presidente da República declarar guerra, no caso de agressão estrangeira, autorizado pelo Senado Federal.
- c) reconhece a diferença hierárquica entre os Estados em função de sua importância econômica.
- d) reconhece a autodeterminação dos povos.
- e) estimula a competição entre os povos para o progresso da humanidade.

40. De acordo com o que estabelece a Constituição Federal acerca dos Direitos e Garantias Fundamentais:

- a) a prática de racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de detenção, nos termos da lei.
- b) as associações somente poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial transitada em julgado.
- c) no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.
- d) é assegurada, nos termos da lei, a proteção às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humanas, exceto nas atividades desportivas.
- e) são gratuitas as ações de habeas corpus, habeas data e mandado de segurança, bem como, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania.

41. Felipe foi processado e condenado por prática de crime, por decisão judicial transitada em julgado, tendo cumprido a respectiva pena de privação de liberdade. Contudo, a condenação de Felipe se deu por erro judiciário. Diante dessa situação, considerando apenas os dados ora fornecidos, Felipe:

- a) não poderá pleitear indenização do Estado, pois o reconhecimento da responsabilidade acarretaria ofensa à coisa julgada.
- b) não poderá pleitear indenização do Estado, pois o Poder Judiciário é soberano.
- c) poderá pleitear indenização do Estado pois, de acordo com a Constituição Federal, este indenizará o condenado por erro judiciário.
- d) poderá pleitear indenização do Estado, desde que a condenação por erro judiciário tenha sido confirmada pelos Tribunais Superiores.
- e) não poderá pleitear indenização do Estado, pois ao magistrado é assegurada a independência.

42. Dentre os direitos sociais assegurados pela Constituição Federal aos trabalhadores está

- a) irredutibilidade do salário, que não poderá ser minorado sequer por acordo coletivo.
- b) jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva.
- c) remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em trinta por cento à do normal.
- d) remuneração do trabalhador portador de deficiência, no mínimo, superior a cinquenta por cento à do que não tenha deficiência.
- e) assistência gratuita aos filhos e dependentes, desde o nascimento até sete anos de idade, em creches e pré-escolas.

43. Quanto aos direitos sociais previstos na Constituição Federal, é INCORRETO afirmar que é proibida

- a) a atividade laborativa noturna a menores de dezesseis anos e de qualquer trabalho a menores de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos doze anos de idade.
- b) a distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos.
- c) a diferenciação de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil.
- d) qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência.
- e) a diferenciação de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso.

44. As irmãs Catarina e Gabriela são brasileiras naturalizadas. Ambas possuem carreira jurídica brilhante, destacando-se profissionalmente. Catarina almeja ocupar o cargo de Ministra do Supremo Tribunal Federal e Gabriela almeja ocupar o cargo de Ministra do Tribunal Superior do Trabalho. Neste caso, com relação ao requisito nacionalidade,

- a) nenhuma das irmãs poderá alcançar o cargo almejado.
- b) ambas as irmãs poderão alcançar o cargo almejado, independentemente de qualquer outra exigência legal.
- c) apenas Gabriela poderá alcançar o cargo almejado.
- d) apenas Catarina poderá alcançar o cargo almejado.
- e) ambas as irmãs só poderão alcançar o cargo almejado se tiverem mais de quinze anos de naturalização.

45. O Prefeito da metrópole “Beta” está com dúvidas a respeito da competência para estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito. Assim, consultando a Constituição Federal, verificou que se trata de competência:

- a) concorrente entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
- b) privativa da União.
- c) comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- d) privativa de cada Município.
- e) privativa dos Estados e do Distrito Federal.

46. Rodrigo é servidor público da Administração direta e candidatar-se-á, nas próximas eleições municipais, para o cargo de Prefeito. Investido no mandato de Prefeito, Rodrigo

- a) será afastado do seu cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração, e seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, inclusive para promoção por merecimento.
- b) perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, havendo compatibilidade de horários, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo e, não havendo compatibilidade, não poderá perceber sua remuneração.
- c) não será afastado do seu cargo, emprego ou função, mas não receberá sua remuneração, sendo que seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, inclusive para promoção por merecimento.
- d) será afastado do seu cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração, e seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.
- e) será afastado do seu cargo, emprego ou função, sendo-lhe vedado optar pela sua remuneração, e seu tempo de serviço não será contado durante o período do afastamento para nenhum efeito.

DIREITO DO TRABALHO

Antônio Daud

47. Considerando os entendimentos sumulados do TST, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) As cláusulas regulamentares, que revoguem ou alterem vantagens deferidas anteriormente, só atingirão os trabalhadores admitidos após a revogação ou alteração do regulamento.
- b) Havendo a coexistência de dois regulamentos da empresa, a opção do empregado por um deles tem efeito jurídico de renúncia às regras do sistema do outro.
- c) O pagamento de adicional de periculosidade efetuado por mera liberalidade da empresa, ainda que de forma proporcional ao tempo de exposição ao risco, dispensa a realização da prova técnica pericial.
- d) O pagamento de adicional de periculosidade efetuado por mera liberalidade da empresa, exceto se ocorrer em percentual inferior ao máximo legalmente previsto, dispensa a realização da prova técnica pericial.
- e) O ônus de provar o término do contrato de trabalho, quando negados a prestação de serviço e o despedimento, é do empregador, pois o princípio da continuidade da relação de emprego constitui presunção favorável ao empregado.

48. Analise os itens a seguir:

- I. Se houver a extinção contratual mediante culpa recíproca, deverá ser pago pela metade o valor do aviso prévio, do décimo terceiro salário e das férias proporcionais.
- II. Nas contratações de trabalhadores por prazo determinado, caso o empregador tome a iniciativa de extinguir o contrato imotivadamente, deverá pagar ao empregado indenização equivalente à metade da remuneração a que o obreiro faria jus até o fim do contrato.
- III. Havendo extinção contratual imotivada por iniciativa do empregador, será direito do trabalhador a redução da jornada durante o aviso prévio em 2 horas diárias, em qualquer caso, sem prejuízo da correspondente remuneração.

Estão corretos APENAS os itens:

- a) I.
- b) I e II.
- c) II.
- d) III.
- e) II e III.

49. Supondo que Salvador Dali faltou ao serviço por 6 dias dentro do período aquisitivo, sendo que o empregador não determinou o correspondente desconto, é correto afirmar que o trabalhador fará jus a:

- a) 30 dias corridos de férias.
- b) 24 dias corridos de férias.
- c) 22 dias corridos de férias.
- d) 20 dias corridos de férias.
- e) 18 dias corridos de férias.

50. No que concerne às disposições celetistas e aos entendimentos sumulados do TST sobre controle de jornada, julgue as assertivas abaixo:

- I. A modalidade de registro da jornada de trabalho, para a qual a legislação estabelece os meios manual, mecânico ou eletrônico, constitui objeto ilícito de acordo ou convenção coletiva do trabalho.
- II. Caso o empregador conceda, durante a jornada de trabalho, intervalos não previstos em lei, tais períodos representarão tempo à disposição do empregador.
- III. É facultado o estabelecimento do controle de ponto por exceção à jornada normal de trabalho, desde que realizado mediante acordo individual escrito, convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e III.
- b) I.
- c) II e III.
- d) III.
- e) I, II e III.

51. Julgue as assertivas a seguir a respeito das estabilidades e garantias provisórias no emprego:

- I. A estabilidade do dirigente sindical é limitada a sete dirigentes titulares e sete dirigentes suplentes.
- II. Empregada celetista que adotar um adolescente não fará jus à estabilidade constitucional assegurada às gestantes.
- III. Empregado eleito diretor-suplente de cooperativa criada pelos empregados é destinatário da estabilidade provisória no emprego.
- IV. É vedada a dispensa arbitrária ou sem justa causa de empregado indicado para compor comissão interna de prevenção de acidentes e de assédio.

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
- c) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- d) Apenas a assertiva I está correta.
- e) Não respondida.

52. Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) tem prevalência sobre a lei quando dispuser sobre:

- a) modalidade de registro de jornada de trabalho, regime de sobreaviso e salário-família.
- b) regulamento empresarial e licença-maternidade com a duração mínima de cento e vinte dias.
- c) participação nos lucros ou resultados da empresa, teletrabalho e seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador.
- d) prorrogação de jornada em ambientes insalubres, sem licença prévia das autoridades competentes do Ministério do Trabalho, participação nos lucros ou resultados da empresa e banco de horas anual.
- e) trabalho intermitente e medidas de proteção legal de crianças e adolescentes.

53. Acerca da falta grave, assinale a alternativa que NÃO apresenta requisito para aplicação da dispensa do empregado com justa causa:

- a) Tipicidade.
- b) Gravidade da conduta.
- c) Prazo de pelo menos um ano entre o conhecimento da falta e sua punição.
- d) Singularidade da punição.
- e) Presença de dolo ou culpa no ato faltoso.

54. Assinale a alternativa que, de acordo com a previsão celetista, menciona corretamente bem jurídico tutelado inerente à pessoa física:

- a) marca.
- b) nome.
- c) lazer.
- d) sigilo da correspondência.
- e) segredo empresarial.

55. Acerca dos empregados em minas no subsolo, é INCORRETO afirmar que:

- a) A duração normal do trabalho efetivo para os empregados em minas no subsolo não excederá de 6 (seis) horas diárias ou de 30 (trinta) semanais.
- b) Ao empregado no subsolo será fornecida, pelas empresas exploradoras de minas, alimentação adequada à natureza do trabalho, de acordo com as instruções estabelecidas pelo Serviço de Alimentação da Previdência Social e aprovadas pelo Ministério do Trabalho.
- c) O tempo despendido pelo empregado da boca da mina ao local do trabalho e vice-versa será computado para o efeito de pagamento do salário.
- d) Em cada período de 3 (três) horas consecutivas de trabalho, será obrigatória uma pausa de 15 (quinze) minutos para repouso, a qual será computada na duração normal de trabalho efetivo.
- e) O trabalho no subsolo somente será permitido a homens, com idade compreendida entre 21 (vinte e um) e 50 (cinquenta) anos, assegurada a transferência para a superfície por motivo de saúde.

56. Casagrande é garçom no restaurante Anchieta Ltda, com salário-fixo de R\$ 4.400,00, mais as gorjetas cobradas pelo empregador na nota de serviço, que nos últimos doze meses totalizaram média de R\$ 2.000,00.

Considerando a jurisprudência sumulada do TST, se Casagrande vier a ser dispensado sem justa causa, a base de cálculo do aviso prévio será de:

- a) R\$ 6.400,00, porquanto as gorjetas entram no cálculo do aviso prévio, sejam oferecidas espontaneamente ou cobradas na nota de serviço.
- b) R\$ 2.400,00, considerando o abatimento do valor das gorjetas sobre o salário.
- c) R\$ 4.400,00, na medida em que as gorjetas não entram no cálculo do aviso prévio.
- d) R\$ 4.400,00, pois somente as gorjetas oferecidas espontaneamente poderiam ser incluídas na base de cálculo do aviso prévio.
- e) R\$ 6.400,00, na medida em que apenas as gorjetas cobradas na nota de serviço entram no cálculo do aviso prévio.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Thállius Moraes

57. Em consonância com as normas legais contidas na CLT e na Constituição Federal, serão ajuizadas na Justiça do Trabalho, EXCETO:

- a) ações envolvendo direito possessório decorrente do exercício do direito de greve.
- b) ações de indenização por danos morais e patrimoniais decorrentes de acidente de trabalho.
- c) ações oriundas da relação de trabalho estatutária, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- d) ações de execução de multa administrativa imposta pelo Ministério do Trabalho em ações de fiscalização.
- e) ações sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores, e entre sindicatos e empregadores.

58. Acerca dos atos e termos processuais, considerando a legislação e entendimento jurisprudencial, é correto afirmar que:

- I – O horário de realização dos atos processuais é das 8h às 18h, em dias úteis, devendo haver prévia autorização judicial para que seja realizado em horários especiais ou domingos e feriados.
- II – Não se aplica ao processo do trabalho o prazo em dobro na hipótese de litisconsórcio com procuradores distintos, em razão de incompatibilidade com o princípio da celeridade processual.
- III – Os prazos processuais ficam suspensos no período compreendido entre 20 de dezembro e 20 de janeiro, inclusive, sendo que, durante tal lapso temporal, não se realizarão audiências ou sessões de julgamento.
- IV – Presume-se recebida a notificação vinte e quatro horas depois de sua postagem; o seu não recebimento ou a entrega após o decurso desse prazo constitui ônus de prova do destinatário.

Está correto o que consta APENAS em

- a) I e IV.
- b) I e II.
- c) II, III e IV.
- d) II e III.
- e) I e III.

59. Considerando a legislação e o entendimento jurisprudencial atuais, havendo ausência injustificada do reclamante à primeira audiência designada, é correto afirmar que:

- a) o empregado será condenado ao pagamento de custas processuais, ainda que beneficiário da justiça gratuita, no importe de 2% sobre o valor da causa, cujo recolhimento representa requisito para ajuizamento de nova ação, que pode ser apresentada imediatamente.
- b) o empregado será condenado ao pagamento de custas processuais, salvo se beneficiário da justiça gratuita, no importe de 2% sobre o valor da causa, cujo recolhimento não representa requisito para ajuizamento de nova ação, que somente poderá ser apresentada após 6 meses.
- c) o juiz aplicará a pena de confissão ficta do empregado, prolatando sentença.
- d) o empregado será condenado ao pagamento de custas processuais, ainda que beneficiário da justiça gratuita, no importe de 2% sobre o valor da causa, cujo recolhimento não representa requisito para ajuizamento de nova ação, que pode ser apresentada imediatamente.
- e) o empregado será condenado ao pagamento de custas processuais, ainda que beneficiário da justiça gratuita, no importe de 1% sobre o valor da causa, cujo recolhimento não representa requisito para ajuizamento de nova ação, que pode ser apresentada após 6 meses.
- e) o juiz designará nova audiência, intimando o reclamante para comparecimento, sob pena de confissão ficta quanto à matéria de fato.

60. Publicado acórdão prolatado pelo Tribunal Regional do Trabalho, de decisão que julgou parcialmente procedente o recurso ordinário interposto, entendendo que há contradição no julgado, a União, na qualidade de reclamada, deve interpor:

- a) recurso de revista, no prazo de 8 dias;
- b) embargos de declaração, no prazo de 5 dias;
- c) embargos de declaração, no prazo de 10 dias;
- d) agravo de instrumento, no prazo de 8 dias;
- e) recurso ordinário, no prazo de 8 dias.

61. Acerca das regras e peculiaridades aplicáveis à execução no processo do trabalho, é INCORRETO afirmar que:

- a) Faculta-se ao devedor o pagamento imediato da parte que entender devida à Previdência Social, sem prejuízo da cobrança de eventuais diferenças encontradas na execução ex-officio.
- b) A execução será promovida pelas partes, permitida a atuação de ofício do Juiz, ainda que as partes estejam assistidas por advogado.
- c) O executado que não pagar a importância reclamada poderá garantir a execução mediante depósito da quantia correspondente, atualizada e acrescida das despesas processuais, apresentação de seguro-garantia judicial ou nomeação de bens à penhora, observada a ordem preferencial estabelecida na lei processual civil.
- d) Garantida a execução ou penhorados os bens, terá o executado prazo de cinco dias para apresentar embargos, cabendo igual prazo ao exequente para impugnação.
- e) A exigência da garantia ou penhora não se aplica às entidades filantrópicas e/ou àqueles que compõem ou compuseram a diretoria dessas instituições.

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

62. A respeito dos direitos de personalidade, assinale a alternativa correta:

- a) Com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis.
- b) Ninguém pode ser constrangido a submeter-se, sem risco de vida, a tratamento médico ou a intervenção cirúrgica.
- c) Toda pessoa tem direito ao nome, nele compreendidos o prenome, o sobrenome e o pseudônimo.
- d) Com exceção dos casos previstos em lei, o exercício dos direitos da personalidade pode sofrer limitação voluntária.
- e) Com autorização, não se pode usar o nome alheio em propaganda comercial.

63. A anulabilidade não tem efeito antes de julgada por sentença, nem se pronuncia de ofício; só os interessados a podem alegar, e aproveita exclusivamente aos que a alegarem, salvo o caso de solidariedade ou indivisibilidade. Quanto a isso, é correto afirmar que:

- a) no caso de coação, é de dois anos o prazo de decadência para pleitear-se a anulação do negócio jurídico, contando-se do dia em que ela iniciar;
- b) no caso de coação, é de quatro anos o prazo de decadência para pleitear-se a anulação do negócio jurídico, contando-se do dia em que ela iniciar;
- c) no caso de coação, é de dois anos o prazo de decadência para pleitear-se a anulação do negócio jurídico, contando-se do dia em que ela cessar;
- d) no caso de coação, é de quatro anos o prazo de decadência para pleitear-se a anulação do negócio jurídico, contando-se do dia em que ela cessar;
- e) no caso de coação, é de dois anos o prazo de prescrição para pleitear-se a anulação do negócio jurídico, contando-se do dia em que ela cessar.

64. Nathália reside no décimo andar de um edifício, em apartamento e possui em sua varanda um jardim suspenso. Certo dia, um vaso de petúnias despencou de sua varanda e acabou por acertar Renata, que sofreu uma fratura no seu ombro esquerdo. Depreende-se da situação apresentada que Nathália deverá ser responsabilizada de maneira

- a) objetiva, independentemente de demonstração do elemento culpa.
- b) subjetiva, desde que demonstrado que agiu com dolo, direto ou eventual.
- c) subjetiva, desde que demonstrado que agiu com culpa.
- d) objetiva, desde que demonstrado que agiu com culpa.
- e) subjetiva, independentemente de demonstração do elemento culpa.

65. Não podem ser tutores e serão exonerados da tutela, caso a exerçam:

- a) aqueles que já exercerem tutela ou curatela
- b) aqueles que exercerem função pública incompatível com a boa administração da tutela.
- c) aqueles que tiverem sob sua autoridade mais de três filhos.
- d) os impossibilitados por enfermidade;
- e) militares em serviço.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

66. Sobre a intervenção de terceiros no processo civil, é correto afirmar:

- a) Pendendo causa entre duas ou mais pessoas, o terceiro juridicamente interessado em que a sentença seja favorável a uma delas poderá intervir no processo para assisti-la. O assistente será considerado, para todos os efeitos, litisconsorte do assistido.
- b) Feita a denunciação da lide pelo autor, o denunciado poderá assumir a posição de litisconsorte do denunciante. Contudo, em razão do princípio da eventualidade, não poderá acrescentar novos argumentos à petição inicial.
- c) É admissível a denunciação da lida, requerida pelo réu, do afiançado, na ação em que o fiador for réu.
- d) É admissível o chamamento ao processo, requerido pelo réu, dos demais fiadores, na ação proposta contra um ou alguns deles.
- e) O incidente de desconsideração da personalidade jurídica é cabível em todas as fases do processo de conhecimento, inclusive no cumprimento de sentença. Contudo, não há previsão dessa modalidade de intervenção no processo de execução.

67. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. De acordo com o que o CPC dispõe sobre prazos processuais, é correto afirmar:

- a) Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigam o comparecimento em juízo após decorridas 24 (vinte e quatro) horas.
- b) Na contagem de prazo em dias, estabelecido por lei ou pelo juiz, computar-se-ão somente os dias úteis, inclusive quando se tratar de prazo material.
- c) Em qualquer grau de jurisdição, havendo motivo justificado, pode o juiz exceder, por igual tempo, os prazos a que está submetido.
- d) Salvo disposição em contrário, os prazos serão contados incluindo o dia do começo e excluindo o dia do vencimento.
- e) A parte não poderá renunciar ao prazo estabelecido exclusivamente em seu favor.

68. O oficial de justiça, munido de mandado de citação:

- a) Poderá citar o mentalmente incapaz, desde que certifique o ocorrido minuciosamente.
- b) Não poderá citar aquele que estiver participando de ato de culto religioso.
- c) Somente poderá citar o réu no local discriminado no mandado.
- d) Não poderá citar aquele que estiver internado para exames de rotina.
- e) Poderá proceder à citação nos feriados, mesmo sem autorização judicial expressa.

69. Experiente advogado, diante de grande urgência, pretende protocolar petição que se limita ao requerimento da tutela antecipada e à indicação do pedido de tutela final, com a exposição da lide, do direito que se busca realizar e do perigo de dano ou do risco ao resultado útil do processo. A tutela à qual o advogado deve recorrer é:

- a) A tutela de evidência, que pode se estabilizar após concedida, caso a parte contrária não interponha o recurso cabível.
- b) A tutela antecipada, requerida em caráter antecedente, que pode se estabilizar após concedida, caso a parte contrária não interponha o recurso cabível.
- c) A tutela cautelar, requerida em caráter antecedente, que pode se estabilizar após concedida, caso a parte contrária não interponha o recurso cabível.
- d) A tutela antecipada, requerida em caráter antecedente, que não se sujeita à estabilização, ainda que a parte contrária não interponha o recurso cabível.
- e) A tutela cautelar incidental, que pode se estabilizar em determinados casos.

70. Diante de uma sentença que reconheceu a exigibilidade de uma obrigação de pagar quantia certa, o sucumbente ficou-se inerte, sem realizar o pagamento no prazo de quinze dias. Diante dessa situação, é correto afirmar:

- a) Findo este prazo para pagamento voluntário, o executado terá quinze dias para apresentar seus embargos à execução.
- b) A concessão de efeito suspensivo à impugnação deduzida por um dos executados tem como efeito automático a suspensão da execução contra os que não impugnaram.
- c) Alegado o excesso de execução pelo executado e não apontado o valor correto ou não apresentado o demonstrativo, a impugnação será liminarmente rejeitada, se o excesso de execução for o único fundamento.
- d) A apresentação de impugnação impede a prática dos atos executivos.
- e) É lícito ao exequente requerer o prosseguimento da execução, oferecendo e prestando, nos próprios autos, caução suficiente e idônea a ser arbitrada pelo juiz, exceto se atribuído efeito suspensivo à impugnação.

Gabarito

<https://bit.ly/Simulado-TRT-ES-AJAJ-04-12>

NÃO É ASSINANTE?

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>